

AS IMPLICAÇÕES DO “MODELO NORMATIVO DE ALUNO” PARA AS PRÁTICAS HOMOFÓBICAS NA ESCOLA

The implications of the “normative model student” for homophobic practices in school

Drean Falcão da COSTA¹
Marina Mariano BARTMANN²
Camilla Baldicera BIAZUS³
Thiago Ferreira MUCENECKI⁴

RESUMO

O objetivo deste estudo, realizado por meio de pesquisa qualitativa bibliográfica exploratória a partir de livros e artigos científicos, é refletir sobre a homofobia presente nas instituições escolares, visto que a mesma está enraizada na educação. Percebemos que a construção de um “ideal de aluno”, intimamente vinculado às práticas educativas que se constituíram historicamente como um espaço normalizador, contribuíram para manutenção de problemas sociais, referentes às práticas homofóbicas na escola, que estão ligados à ideologia excludente da própria instituição em questão, afetando inúmeras pessoas. Pois além de transmitir o conhecimento construído culturalmente, a escola pressupõe a disciplinarização e a hierarquização. E esta reprodução de práticas e saberes está intimamente ligada à falta de debates na escola e no meio acadêmico, a falta de cursos para professores. Diante de todo este cenário a escola necessita transforma-se em espaço de enfrentamento e reflexão à homofobia e de afirmação dos direitos sexuais e da pluralidade da existência humana.

Palavras chaves: Homofobia, Escola, Aluno Ideal

ABSTRACT

The purpose of this study, carried out by means of qualitative research exploratory bibliographic from books and scientific articles, is to reflect on the homophobia present in school institutions, seen that it is rooted in education. We realize that building an "ideal student" intimately tied to educational practices that were historically as a normalizer, contributed to maintaining social problems, relating to homophobic practices at school, which are connected to an exclusive ideology of his own institution concerned, affecting many people. Because in addition to convey the knowledge constructed culturally, the school requires the disciplining and tiering. And this reproduction of practices and knowledge is closely linked to the lack of debate in school and

¹ Psicólogo – Egresso da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI/Câmpus-Santiago – RS

² Psicóloga Organizacional. Egressa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI/ Câmpus -Santiago – RS

³ Professora Mestre do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI/ Câmpus -Santiago – RS

⁴ Professor Especialista do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI/ Câmpus -Santiago – RS

academics, the lack of courses for teachers. Before all this scenario requires the school becomes a space of confrontation and reflection homophobia and affirmation of sexual rights and the plurality of human existence.

Keywords: Homophobia, School, Ideal Student

1. INTRODUÇÃO

As discussões e problematizações sobre as práticas homofóbicas nas instituições escolares tornaram-se questões prioritárias de reflexão, diante da emergência de movimentos sociais que reivindicam a aceitação de práticas e relações independentes dos modelos hegemônicos heterossexistas¹.

Conforme Ramos (2010), desde a década de 1980, a violência contra homossexuais tem representado um tema de debate corrente para o ativismo e, progressivamente também para governos e mídia. Junqueira (2007) nos apresenta dados significativos contribuindo para a relevância da temática exposta, relatando que o Brasil é o país que concentra o maior número de assassinatos decorrentes de matriz homofóbica, sendo a média brasileira de um assassinato a cada três dias.

Quanto às nomenclaturas que buscam caracterizar o preconceito e discriminação contra sexualidades não hegemônicas, Borrillo (2010) relata que o termo homofobia, caracterizado pela primeira vez em um dicionário de língua francesa, em 1998, pode ser definido como a hostilidade geral, psicológica e social contra indivíduos que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo.

O termo, para Borrillo (2010), poderia incluir uma dimensão pessoal, de natureza afetiva que se manifesta pela rejeição de homossexuais e uma dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto de rejeição passa a ser a homossexualidade como um fenômeno psicológico e social. Para o referido autor as especificações justificam-se na medida em que se pode tolerar ou simpatizar com os membros do grupo estigmatizado, sem contudo considerar aceitável políticas igualitárias.

Outro termo importante para a temática proposta, caracterizando um problema cotidiano nas escolas, refere-se ao bullying, que segundo Silva (2010) corresponde a um conjunto de atitudes de violência física ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, praticado por um agressor contra uma vítima que não tem possibilidade de se defender, e que segundo Fante (2005), corresponde a uma nomenclatura da literatura anglo-saxônica nas reflexões sobre o problema da violência escolar. Silva (2010) e Diniz (2011) também acrescentam o termo bullying homofóbico ao citar estudantes que demonstram possuir orientação sexual divergente dos modelos hegemônicos, como gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais, e sofrem de maneira mais acentuada a exclusão praticada pelos variados grupos de alunos, professores e outros profissionais da escola.

Para Silva (2010) os valores morais e princípios distorcidos em relação ao sexo, decorrentes de uma educação familiar e religiosa conservadora contribuem para a maneira superficial e preconceituosa que a nossa sociedade tende a lidar com a homossexualidade, favorecendo a construção de um imaginário que associa diversidade sexual a comportamentos transgressores e promíscuos. Louro (2010) acrescenta a escola como espaço que produz diferenças: de classe, de raça, de sexo e de gênero, podendo ser considerada um campo normalizador e disciplinador sob a perspectiva da heteronormatividade².

¹ Consiste em uma forma específica de dominação que se define como crença na existência de uma hierarquia das

Sendo assim torna-se evidente a importância de refletir sobre as condições da escola como um lugar que ao longo do tempo apoiou suas práticas educativas em um modelo de “aluno ideal”, contribuindo para a exclusão, e que, atualmente, busca aproximação com as políticas sociais que pretendem promover ações educativas visando à inclusão da diversidade sexual. Podemos perceber através do trabalho que as intervenções no respeito à diversidade sexual na escola ainda são inexpressivas, o que contribui para manutenção de problemas sociais que estão ligados a ideologia excludente da própria instituição em questão, afetando inúmeras pessoas.

2. DESENVOLVIMENTO

A abordagem metodológica utilizada para construção do estudo foi a pesquisa qualitativa bibliográfica exploratória, realizada através de livros e artigos científicos. O critério para seleção do material utilizado na pesquisa baseou-se na consulta de literatura especializada na área, selecionada por abordar ou instigar reflexões sobre a temática da homofobia nas instituições escolares, fornecendo sustentação teórica suficiente para atender os objetivos desse trabalho introdutório. Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

2.1 Rastreamento das Origens do Preconceito e sua Inter-Relação com a Educação

Para Borrillo (2010), os elementos precursores de uma hostilidade contra gays e lésbicas no Ocidente emanam da tradição judaico-cristã, com a consolidação do sistema de dominação masculina do tipo patriarcal, encontrando seu principal ponto de apoio em Tomás de Aquino (1225-1274). Este normatiza que o prazer sexual é legítimo somente na medida em que não é acompanhado de um ato que torne possível impedir a reprodução. Assim a masturbação, comportamento sexual com a espécie errônea (bestialismo), sexo errôneo (homossexualidade) e órgão errôneo (sexo oral ou anal) são práticas condenadas, dando forma à homofobia ao comparar as relações homossexuais aos pecados mais desprezíveis.

As origens da homofobia também podem ser encontradas nas práticas educativas, inclusive na escola brasileira, na medida em que, conforme Junqueira (2009) ao longo de sua história, esta se estruturou a partir de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso”) todos os sujeitos que não estivessem de acordo com os princípios valorizados pela heteronormatividade.

Para Kamel (2008) a escola, por vezes, adota e reproduz valores sociais normativos de uma cultura local intensificando a exclusão dos indivíduos que apresentam comportamentos desviantes do padrão cultural vigente. A escola, para a autora, também possui códigos que na sua maioria reproduzem aspectos de uma cultura sexista e racista, assumindo um papel opressor e excludente. Como conseqüência, acontece um aprofundamento da exclusão dos jovens, que por não se

sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa posição superior. BORRILLO, Daniel. Homofobia. História e crítica de um preconceito. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2010. P. 31

² O termo heteronormatividade foi criado pelo norte americano Michael Warner (1993) para descrever a norma que toma a sexualidade heterossexual como universal e os discursos que descrevem a situação homossexual como desviante. JUNQUEIRA, Diniz. Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministérios da Educação: Brasília, 2009, p.376

identificarem com esses códigos, acabam abandonando a escola.

Borrillo (2010) relata que a homofobia esta enraizada na educação e, para superá-la, impõe-se um verdadeiro exercício de desconstrução de nossas categorias cognitivas. O sentimento de pertença à heterossexualidade tem o efeito de provocar uma adesão imediata, irrefletida a uma identidade experimentada como originária, que serve de referência para o reconhecimento dos “normais” de todos os círculos da sociedade:

Ora, essa construção social da normalidade nada tem de natural; centenas de tratados teológicos, enciclopédias médicas, recomendações morais, códigos e regulamentos, assim como conto de fadas, filmes e romances, fora, necessários para enraizar esse sentimento no mais recôndito das consciências (Borrillo, 2010, p.106).

Em concordância com as idéias descritas anteriormente, Bossa (2002), acrescenta que a representação da educação e de um “modelo normativo de aluno” sempre esteve intimamente ligada à teoria produzida quer na filosofia, quer nas ciências humanas. Louro (2010) descreve que na cultura Ocidental, a escola e a família foram constituídas, historicamente, como espaços privilegiados e obrigatórios de formação de indivíduos, que produziram e continuam produzindo diferenças: de classe, de raça, de sexo e de gênero. Pois as mesmas instituições são construídas à imagem e a semelhança da norma heterossexual e, principalmente a escola, pode ser considerada um campo normalizador e disciplinador sob a perspectiva da heteronormatividade.

Em relação ao processo histórico de exclusão social vinculado às praticas educativas, Gadotti (2008) descreve a educação associada ao sentimento da importância da arte de ensinar, com a criação de casas de instrução para o ensinamento da leitura, escrita, astronomia, música e medicina, surgindo no antigo Egito por volta de 3000 a.C. Para Manacorda (2001) desde então a prática da educação passa a sofrer muitas alterações, e, dentre elas, Gadotti (2008) cita a substituição da educação primitiva solidária e espontânea, pelas aptidões de natureza intelectual e saberes especializados, valorizados, a partir do surgimento da divisão social do trabalho e da propriedade privada. A escola, como instituição formal, surge como resposta à complexidade crescente das sociedades, gerando exclusão social, na medida em que, através de interdições, restringia-se a “classes elevadas”.

Segundo Longaray, Ribeiro e Silva (2011), a escola, juntamente com a família, tenta garantir a formação de indivíduos heterossexuais, tornando uma instância onde o diálogo e as discussões sobre a temática da homossexualidade são quase extintas, o que contribui para pensarmos o quanto esta instituição também é homofóbica. A escola tenta normatizar sujeitos e discipliná-los, e os que fogem da norma deparam-se com duas saídas: a de viverem enrustidos em um espaço só, assumindo uma sexualidade que não os pertencem ou assumindo sua identidade sexual e de gênero, rompendo com as barreiras da imposição da sociedade.

Em relação às práticas homofóbicas na escola e a discussão sobre diversidade sexual, Louro (2010) relata que as instituições escolares acabam negando a interdependência das identidades, quando dedicam um momento especial para a “inclusão” daqueles que, usualmente, estão fora dos currículos, dos livros didáticos e da história oficial. Assim, destacam o diferente como se este fosse o exemplar de uma “outra cultura” ou da “cultura do outro”. Apesar de tranquilizar a consciência dos planejadores, acabam por manter o lugar especial e problemático das identidades “marcadas”, apresentando-as a partir de representações e narrativas construídas pelo sujeito central.

Para Kamel (2008) a questão do respeito à diversidade sexual na esfera escolar aponta para uma carência de intervenções. Este fato vem contribuindo para a perpetuação de problemas sociais que acabam por envolver milhares de cidadãos no seu cotidiano. Ainda para o referido autor que

sensibilizar os profissionais de educação sobre a importância das discussões acerca das diversas formas de expressão da sexualidade constitui um importante mecanismo de fortalecimento da educação, tanto no âmbito da formação pessoal, como também social. Desmistificar as idéias acerca da homossexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, epidemia de AIDS e homofobia contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e tolerante às diferenças.

2.2- A Escola e o Modelo de Aluno (Adulto) Ideal

Kamel (2008) comenta que é sabido que a sociedade cria padrões de normalidade e reprime determinadas condutas não condizentes às suas expectativas. No âmbito escolar, Borges, Passamani, Ohlweiler e Bulsing (2011) descrevem que é comum a noção de que o bom comportamento dentro da escola deva incluir uma adequação do gênero ao sexo e também a heteronormatividade, mas segundo Longaray, Ribeiro e Silva (2011) uma vez que nossas escolas são plurais, inúmeros sujeitos acabam não se enquadrando na identidade sexual dita “normal”, sendo discriminados.

Para Sefnner (2009):

Nós professores precisamos reconhecer que fomos formados por um pensamento pedagógico que nos faz olhar para uma turma de alunos, e começar a retirar de dentro dela tudo o que em princípio “atrapalha”: aquele aluno ali que vive bagunçando poderia ser expulso; aquela aluna que engravidou tomara que saia da escola, porque senão vai atrapalhar, vai exigir cuidados especiais; alunos cegos ou surdos, nem pensar em estar na minha sala de aula, atrapalham demais; como vou criar atividades levando isso em conta e ainda atender aos “normais”; alunos com deficiência mental não podem estar junto com os demais, serão fatalmente motivo de gozação e piadas; aqueles que já “descobriram” sua sexualidade constituem um perigo junto aos que ainda não a descobriram, e devem então ser separados (SEFNNER, 2009, Pág. 130).

Junqueira (2009) relata que a escola se nega a perceber e a reconhecer seus diferentes públicos, mostrando-se indiferente às diferenças. Conforme o autor, professores acabam dirigindo-se aos seus alunos, como se jamais houvesse ali uma orientação sexual que fugisse da regra da heteronormatividade, alimentando uma crença de que não há homossexuais em um determinado ambiente, ou se houver, deverá ser “coisa passageira”.

Bossa (2002) discorre sobre a tendência histórica da negação da pluralidade, relatando que a origem de preceitos educativos que visam transformar a criança em um adulto ideal, caracterizando a pedagogia tradicional³ na idade moderna, contribuiu para a negação do corpo, da memória e da imaginação, transformando os estudantes em adultos racionais e adaptados às regras da sociedade. O poder disciplinar no contexto educacional, segundo a autora, institui a norma à medida que hierarquiza, regulamenta, padroniza e distribui lugares. Assim cria regras para impedir os desvios, trazendo como consequência mecanismos de exclusão, através de diferentes posições históricas em

³ A pedagogia tradicional, de base cartesiana, acaba negando o corpo, a memória e a imaginação das crianças, na medida em que pressupõe um sujeito racional, bem como um ensino centralizado na figura do professor, que detém o saber. BOSSA, Nádia. “Escola Ideal e Ideal da Escola: Análise Histórico-Filosófica da Instituição Escolar”; Psicologia.pt – O Portal dos Psicólogos 2005, p.16-17

relação a um ideal normalizante do que seja uma criança.

Em relação ao poder disciplinar Foucault (1987), relata que o mesmo tem objetivos distintos, sendo eles relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto que seria ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e o princípio de uma regra que deve ser seguida. Comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar, excluir e normalizar, são conceitos que atravessam e controlam as instituições disciplinares. Ainda para o mesmo autor, as disciplinas se tornaram formas de dominação desde os séculos XVII e XVIII, tornando indivíduos mais obedientes e úteis, fabricando corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A partir de então o espaço escolar funcionou como uma máquina de ensinar e vigiar com um olhar cuidadosamente “classificador” do professor.

A escola, conforme Costa (2002) teria como um de seus princípios fundamentais a modelação dos corpos, tornando-os dóceis à autoridade com uma disciplina rígida. Assim, criam-se sujeitos moldados e pensados como ideais para uma sociedade. Junqueira (2009) complementa explicitando que os alunos que fogem da regra da heteronormatividade, tendem a ser influenciados a apresentar “algo a mais”, para quem sabe serem tratados como iguais no ambiente escolar, ou também, ainda influenciados a satisfazer e estar sempre acima das expectativas dos demais alunos, chegando até a imitar condutas ou atitudes convencionalmente atribuídas aos heterossexuais. Sem “garantias” de inclusão, Junqueira descreve ainda que se trata, em suma, de esforços para angariar um salvo-conduto que possibilite uma inclusão (consentida) em um ambiente hostil. Uma frágil acolhida, geralmente traduzida em algo como: “É gay, mas é gente fina”, que pode, sem dificuldade e a qualquer momento, se reverter em “É gente fina, mas é gay”. E aí, o intruso é arremetido de volta ao limbo.

2.3 - A Importância da Escola como Espaço de Formação e Reflexão à Respeito sas Diversidades

Outeiral (2003) relata que a escola oportuniza, além da relação com o saber, a socialização e o “exercício do viver em grupo”. Contudo, para Lisboa, Braga e Ebert (2009), notícias atestando que a instituição escolar não esta cumprindo sua função pedagógica e protetiva são freqüentes atualmente. Agressões físicas e verbais, entre alunos e professores, agressões relacionais envolvendo todos os membros da instituição, o fenômeno do bullying e diversas formas de preconceitos, são alguns fatores de risco presentes no contexto escolar que podem dificultar o desenvolvimento e as interações interpessoais saudáveis nesse ambiente.

Como sugestão para alterar a realidade descrita anteriormente Silva (2010), sugere mudanças não apenas na organização escolar, nos conteúdos programáticos e métodos de ensino, mas principalmente na mentalidade da educação formal. Uma das inúmeras funções da educação das crianças e adolescentes está em ensinar a respeitar as diferenças, buscando educar para um convívio harmonioso entre as diversidades. Assim, conforme Longaray, Ribeiro e Silva (2011) sobre as possibilidades de reflexões de temáticas múltiplas no espaço da escola, trazer para a instituição discussões sobre a homofobia e respeito às diversidades, seria uma forma de desestabilizar as “verdades” construídas sobre “padrões”, rompendo com os estereótipos atribuídos aos estudantes que fogem da norma.

Para Junqueira (2009), a homofobia é um grave problema social, e a escola deve ser um local decisivo para contribuir na construção de uma consciência crítica, desenvolvendo práticas baseadas no respeito à diversidade sexual e aos direitos humanos. Em concordância com as idéias expostas acima, para Kamel (2008) a escola seria um lugar possível para o enfrentamento das barreiras do preconceito, justificando-se a criação de um espaço de debate sobre a diversidade no ambiente escolar, para que professores, passando por oficinas e cursos de formação, tenham a

possibilidade de informar, refletir e orientar alunos e comunidade escolar sobre valores éticos importantes, respeitando a cidadania plena.

Ainda para a autora descrita anteriormente, desde a década de 1970, as escolas brasileiras vêm dando visibilidade para debates e discussões sobre o tema referente à sexualidade no currículo escolar, e atualmente trabalham com conceito de inclusão de raça, gênero, orientação sexual, deficiência e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, ampliando os espaços de reflexão e informação. Contudo em algumas escolas e para alguns professores, o tema ainda é um tabu.

No contexto brasileiro, Nardi (2010) aponta para a necessidade de uma transformação da educação a partir da aceitação legal da diversidade sexual e da afirmação dos direitos sexuais que avançam. O desafio de enfrentar práticas naturalizadas de reiteração da norma no âmbito familiar e de ocupação de espaço social, somados a um modelo de educação sexual marcado pelo domínio da biologia, propostos fora do horário de aula, por professores sem formação para desenvolver o trabalho foram identificados como obstáculos.

Para Pereira (2011) a escola precisa contribuir com esse movimento de emancipação, de tornar a diversidade sexual algo discutido, conversado com tranquilidade, para que o ser humano possa relacionar-se melhor com ele próprio e com os outros. Asinelli-Luz e Cunha (2011) entendem que a escola na atualidade tem como uma de suas funções educar para a diversidade, desconstruindo-se como espaço cultural de perpetuação da heterossexualidade como única manifestação possível da sexualidade humana. A escola, nesse sentido, através de sua legislação específica, precisa programar políticas que corrijam uma defasagem de informação e conhecimento que falta aos alunos em casa e nas suas redes de sociabilidades mais próximas.

Seffner (2009) aponta a importância da escola se constituir como um local que possa efetivamente fazer diferença na vida dos alunos que vivenciam situações que os fazem não ter acesso a ela, ou seja, que sofrem algum preconceito e exclusão. Para o autor, é necessário que os professores e todas as pessoas que são responsáveis pela instituição, procurem organizar-se para entender o que são as diferentes realidades das quais provém os alunos, tentando descobrir os motivos que causam tais exclusões.

Para Borges, Pssamani, Ohlweiler e Bulsing (2011) construir uma educação inclusiva, é fazer com que a escola desconstrua rótulos, estereótipos e preconceitos que aparecem naturalizados em nossa cultura através de um plano curricular que apresente a diversidade sexual e de gênero em uma perspectiva contextual, contingente e relacional, através do treinamento adequado das educadoras. Esse treinamento é pré-requisito fundamental na qualificação das profissionais da educação. Não basta a ação distinta somente de um professor sem o empenho de toda equipe pedagógica, elemento que reforça a necessidade de cursos de formação continuada na área. Afinal, o sistema rotativo de turmas nas escolas faz com que a cada ano os alunos interajam com novos e diferentes professores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos através do trabalho, que a instituição escolar ainda encontra-se amparada na busca de um “ser ideal”. A escola pode ser considerada o resultado da maneira como ao longo da história, crenças, mitos, valores e tradição moldaram o ideal que uma sociedade acaba construindo para si. O conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir a figura do “diferente” à posição de “inferior”, “pecador”, “doente” e “pervertido”, no ambiente escolar, podem ser encontrados atualmente, nos procedimentos de ajustes dos alunos às regras escolares com mecanismos “sutis” de controle sobre o discurso, a maneira de ser, a sexualidade e o corpo. Assim, se a norma através da hierarquização, regulamentação, padronização e distribuição de lugares, passa

a ser referência, os desvios da mesma passam a ser objetos de maior controle, trazendo como conseqüências, mecanismos de exclusão e preconceito.

A falta de debates na escola e meio acadêmico, carência de cursos de formação para professores sobre diversidade sexual e limitações dos conteúdos programáticos, que não incluem assuntos de forma reflexiva sobre o tema em questão nas disciplinas curriculares, podem se constituir em fatores agravantes para as práticas excludentes, entre elas a homofobia escolar. De forma preocupante, ainda há espaço para homofobia e o não reconhecimento da diversidade sexual no âmbito escolar, pois além da discriminação entre alunos da mesma idade ou ano escolar, percebem-se atitudes negligentes de professores, gestores e funcionários através do silêncio e da indiferença, intensificando a exclusão dos indivíduos que apresentam comportamentos desviantes do padrão cultural vigente.

Apesar do cenário preocupante, deve ser salientada a importância da escola como espaço de enfrentamento à homofobia pelo fato da mesma se constituir, inegavelmente, junto com a família e a mídia, como um importante referencial no desenvolvimento de parte significativa de conceitos e valores de novas gerações, tendo influência na formação da cidadania e no respeito aos direitos humanos. Finalizando, é preciso que a instituição em questão reconheça a complexidade que envolve a problemática da diversidade cultural como primeiro passo para o reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças.

4. REFERÊNCIAS

- ASINELLI-LUZ, A.; CUNHA, J. M. *Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concludentes do Ensino Médio no Brasil entre 2004 e 2008*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 87-102, jan./abr. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a07.pdf>> Acesso em: 14 abril. 2012.
- BORGES, PSSAMANI, OHLWEILER e BULSING. *Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul / Brasil)*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 21-38, jan./abr. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000100003&script=sci_arttext> Acesso em: 20 março. 2012.
- BORRILLO, D. *Homofobia. História e crítica de um preconceito*. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2010.
- BOSSA, Nadia A. *Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico*. Artmed, 2002.
- BOSSA, Nadia A. “*Escola Ideal e Ideal da Escola: Análise Histórico-Filosófica da Instituição Escolar*”. Psicologia.pt – O Portal dos Psicólogos, 2005. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0233.pdf>> Acesso em 12/06/2012.
- COSTA, Rosane de Albuquerque. *Disciplina na Escola e Constituição da Subjetividade*. E-papers Serviços Editoriais, Rio de Janeiro: 2002.
- DINIS, Nilson Fernandes. *Homofobia e Educação: quando a omissão também é signo de violência*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50. Editora UFPR: jan/abril, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04.pdf>> Acesso em: 21 março. 2012.
- FANTE, Cleo. *Fenomeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Versus, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GADOTTI, M. *História Das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projeto de Pesquisa*. Editora: Atlas, São Paulo. 2002.

HABIGZANG, KOLLER & COLS. *Violência Contra Crianças e Adolescentes. Teoria, pesquisa e prática*. IN: CAp.14 Violência na escola reflexão sobre as causas e propostas de ações preventivas e focais. Artmed: Porto Alegre, 2012.

JUNQUEIRA, R. *O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar*. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: discutindo práticas educativas, 3., 2007, Rio Grande. Anais. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Homofobia nas Escolas: um problema de todos*. In: Junqueira, Rogério Diniz (ORG). *Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministérios da Educação: Brasília, 2009. p. 13. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>> Acesso em: 11 março. 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Educação e Homofobia: O reconhecimento da Diversidade Sexual Para Além do Multiculturalismo Liberal*. In: Junqueira, Rogério Diniz (ORG). *Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministérios da Educação: Brasília, 2009. p. 367. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>> Acesso em: 11 março. 2012.

KAMEL, Luciana. *Diversidade Sexual nas Escolas: o que os profissionais da educação precisam saber*. In: Kamel, Luciana; Almeida, Wagner (ORG). Rio de Janeiro: ABIA, 2008. Disponível em: <http://www.vagnerdealmeida.com/Publications/Cartilha_Diversidade_sexual_Escolas.pdf> Acesso em: 24 maio. 2012.

LISBOA, C; BRAGA, L & EBERT, G. *O Fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção*. Contextos Clínicos, vol.2, n.1, janeiro-junho 2009.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Fabiane Ferreira. “EU NÃO SUPORTO ISSO: MULHER COM MULHER E HOMEM COM HOMEM”: analisando as narrativas de adolescentes sobre homofobia. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.1, PP.252-280. Junho, 2011. Disponível em:

<http://www.sexualidadeescola.furg.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1&Itemid=71> Acesso em: 05 maio. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. *Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas?* In: Pocahy, Fernando (ORG). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Nuances: Porto Alegre, 2010. p.143.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 9º Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NARDI, Henrique Caetano. *Educação, heterossexismo e homofobia*. In: Pocahy, Fernando (ORG). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Nuances: Porto Alegre, 2010. p. 151.

OUTEIRAL, José; CEREZER, Cleon. *O mal-estar na escola*. Livraria e Editora Revinter Ltda, ano 2003.

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre G. M. Franco. *Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático*. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 21-38, jan./abr. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000100005&script=sci_arttext> Acesso em: 20 maio. 2012.

RAMOS, Silvia. *Respostas do movimento GLBT à homofobia e a agenda da segurança pública*. In: Pocahy, Fernando (ORG). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Nuances: Porto Alegre, 2010. P. 125

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes perigosas nas escolas: bullying*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SEFFNER, Fernando. *Equívocos e Armadilhas na articulação sobre Diversidade Sexual e Políticas*

de Inclusão Escolar. In: Junqueira, Rogério Diniz (ORG). Ministérios da Educação. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>> Acesso em: 11 março. 2012.